

<http://doi.org/10.51891/rease.v7i4.995>

A GOVERNANÇA CORPORATIVA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NA ADMINISTRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Luzia Corsini Dejavite¹

RESUMO: A Governança Corporativa é definida como um sistema composto por processos, condutas e políticas, no qual uma empresa é administrada, cumprindo rigorosamente os princípios da transparência, equidade, prestação de contas e reponsabilidade corporativa, almejando um ecossistema em que prevaleça, principalmente, a transparência e a ética, atendendo aos gestores, colaboradores, fornecedores, investidores, entidades públicas e toda a comunidade que possui algum interesse nas ações de uma empresa, inclusive o próprio mercado. Contudo, o apoio às necessidades básicas e fundamentais do ser humano vêm crescendo nos últimos anos, ressaltando sua importância na sociedade, o aumento considerável das organizações sociais e o importante papel que elas vêm desempenhando, está despertando em muitos gestores o interesse no aperfeiçoamento de sua estrutura organizacional, afim de melhorar seu desempenho, para isso é crucial que práticas de Governança façam parte da gestão das entidades pertencentes ao Terceiro Setor, compreendendo todas as entidades de direito privado, voluntárias e que não visam a obtenção de lucro, incentivando as atividades de defesa e promoção dos direitos fundamentais ou prestando serviços de interesse público. O presente trabalho demonstra a importância da Governança Corporativa na Administração dessas Organizações, através de pesquisa bibliográfica.

666

Palavras-chave: Governança Corporativa, Terceiro Setor, Transparência, Organização Não Governamental.

ABSTRACT: Corporate governance is defined as a system composed of processes, conducts and policies, in which a company is managed, strictly complying with the principles of transparency, equity, accountability and corporate responsibility, aiming at an ecosystem in which transparency prevails, mainly and ethics, serving managers, employees, suppliers, investors, public entities and the entire community that has some interest in the actions of a company, including the market itself. however, support for the basic and fundamental needs of the human being has grown in recent years, highlighting its importance in society, the considerable increase in social organizations and the important role they have been playing, which is arousing the interest of many managers in the improvement of their organizational structure, in order to improve its performance, for this it is crucial that governance practices are part of the management of entities belonging to the third sector, comprising all entities under private law, voluntary and that do not aim to obtain profit, encouraging the activities of defense and promotion of fundamental rights or providing services of public interest. the present work demonstrates the importance of Corporate Governance in the Administration of these Organizations, through bibliographic research.

Keywords: Corporate Governance, Third Sector, Transparency, Non-governmental organization.

¹ Graduada em Ciências Econômicas, Especialista em Gestão de Negócios e Controladoria, Licenciatura Plena em Administração, Mestranda em Administração pela Must University, Email: ludejavite123@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O termo Governança Corporativa se despontou através de um movimento nos Estados Unidos, de acionistas e investidores, na década de 1980, buscando a proteção dos abusos praticados pela diretoria executiva das empresas e dos conselhos de administração ineficazes, situação comum em países anglo-saxões, que possui como característica principal uma estrutura de propriedade dispersa nas grandes empresas. A palavra governança, etimologicamente, está relacionada a governo, sistema que determina a forma como a organização é administrada, refletindo na sua cultura, políticas e regulamento interno, visando à excelência em estratégia e gestão empresarial, sua essência está na transparência, demonstrando clareza em seus atos para os públicos interno e externo. Assim, governança corporativa, na visão de Silva (2006), refere-se ao sistema pelo qual os órgãos e os poderes são dispostos dentro de uma empresa (*corporation*). Na perspectiva de Andrade e Rossetti (2006, p. 26), a governança corporativa “é um dos instrumentos determinantes do desenvolvimento sustentável, em suas três dimensões – econômica, ambiental e social”. Após os escândalos corporativos, no começo dos anos 2000, onde várias grandes empresas se envolveram, destacou-se ainda mais a necessidade da implantação das boas práticas de Governança na administração das organizações, visando a transparência, prestação de contas e a responsabilidade corporativa nos negócios, podendo ser definida como um sistema composto por processos, condutas e políticas, no qual uma organização é administrada, cumprindo rigorosamente os seus princípios, indo muito além de seu objetivo de lucro, visando um ecossistema em que prevaleça a transparência e a ética, atendendo não somente aos gestores e colaboradores, mas focando também em seus fornecedores, investidores, credores, instituições públicas e toda a comunidade que possui algum tipo de interesse nas

ações da empresa, inclusive o próprio mercado. Ávila e Bertero (2016) afirmam que a Governança Corporativa detém de ferramentas administrativas que visam garantir maior segurança ao investidor. O Instituto de Governança Brasileiro é o principal incentivador das discussões e ações que envolvem o tema no país, tendo reconhecimento nacional e internacional. Fundado em 27 de novembro de 1995, o IBGC – uma sociedade civil de âmbito nacional, sem fins lucrativos – tem o propósito de "ser a principal referência nacional em governança corporativa; desenvolver e difundir os melhores conceitos e práticas no Brasil, contribuindo para o melhor desempenho das organizações e, conseqüentemente, para uma sociedade mais justa, responsável e transparente" (IBGC, 2009). A Governança Corporativa está baseada em quatro princípios de boas práticas, de acordo com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, conforme descritos a seguir.

2. TRANSPARÊNCIA

Consiste na disponibilização de informações às partes envolvidas, que sejam de seu interesse e não apenas aquelas exigidas por leis ou regulamentos, não se restringindo à performance econômico-financeira, abrangendo também outros fatores, tais como os intangíveis que direcionam a ação gerencial e que conduzem à preservação e ao ganho de valor para a organização.

2.1 EQUIDADE

Caracterizado pelo tratamento justo e igualitário de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*), considerando seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

2.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)

Essa prestação realizada pelos agentes de governança, com relação às suas atuações, deve ser clara, objetiva e de fácil compreensão, atuando com responsabilidade, ética e assumindo totalmente as consequências de seus atos e omissões na realização de seus papéis.

2.3 RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Refere-se ao cuidado com a saúde econômica das empresas, com o desenvolvimento profissional e psicológico dos colaboradores da organização, deve estar sempre atento ao seu plano de negócio, em seus aspectos financeiros, intelectuais, sociais e ambientais, a curto, médio e longo prazo. A Governança é uma forma de garantir que o investidor tenha o retorno dos seus investimentos, através de dois importantes mecanismos, o nível de *disclosure*, como sendo a transparência com que os dados financeiros são repassados ao público e a proteção aos direitos dos investidores externos, através do monitoramento das atividades administrativas da empresa, proporcionando incentivos que resguardem os investidores da expropriação por gestores e acionistas controladores, visando garantir o retorno do financiamento realizado na organização, através da influência direta, proporcionando à companhia acesso ao capital de terceiros a longo prazo, tornando de fácil acesso as informações financeiras da organização, com transparência, propicia capacidade de um maior controle sobre os interesses e as expectativas dos investidores, configurando-se como um mecanismo muito importante com capacidade de influenciar na decisão dos investidores, aumentando a disposição para investir em títulos da empresa. Dessa forma, a contabilidade interage com a governança corporativa na busca por caminhos, não somente relacionados à preocupação com os controles internos, mas também com questões referentes à prestação de contas, envolvendo, também, a divulgação e a importância da transparência

na comunicação com todos os envolvidos, praticando a equidade. Contudo, exercer, em especial, o princípio da transparência, será fundamental para manter e consolidar esses relacionamentos, onde a organização informa ao mercado e a todo seu público como atua, disponibilizando para os envolvidos, as informações que sejam de seu interesse e não somente aquelas exigidas por leis ou regulamentos, proporcionando diversos benefícios desse modelo de gestão, tais como:

- Ampliação da visibilidade de mercado.
- Possibilidade de evitar problemas, erros e fraudes.
- Favorecimento da captação de recursos.
- Contribuição na redução do custo do capital.
- Melhoria no desempenho operacional.
- Aumento do controle do abuso de poder, pois as decisões não ficam centralizadas na mão de uma única pessoa.
- Prevenção de conflito de interesses.

O presente trabalho teve como metodologia a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e foi realizado por meio do referencial teórico abordado na disciplina e selecionado a partir das discussões sobre o contexto.

3. TERCEIRO SETOR

O termo Terceiro Setor foi utilizado, inicialmente, por Levitt (1973 apud ESCOBAR; GUTIÉRREZ, 2008, p. 87), e, “[...] designava como um conjunto complexo e heterogêneo

de entidades que são definidas por exclusão: não são públicas, mas tampouco tem fins lucrativos”. Sendo assim, as organizações que compõem esse setor surgem através de movimentos ocorridos em todo o mundo, que tem como objetivo suprir determinadas deficiências em diversas áreas, como por exemplo, educação, saúde, cultura, meio ambiente, entre outras, devido à dificuldade do Governo em controlar todo esse conjunto de necessidades da sociedade. O Terceiro Setor tem sido representado por Entidades de Interesse Social ou Organizações Não Governamentais (ONGs), sendo um estimulador de iniciativas direcionadas ao desenvolvimento da sociedade, ocupando uma posição intermediária entre o Estado, compondo o Primeiro Setor, e as empresas privadas, pertencentes ao Segundo Setor. De acordo com Drucker (1994, p. 14, grifo nosso), as organizações sem fins lucrativos têm por objetivo provocar mudanças sociais, “[...] são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio; isto é, toda uma vida transformada”. Ao adotar as boas ações da Governança, as instituições sem finalidades lucrativas aderem aos princípios básicos que inspiram o Código Das Melhores Práticas de Governança Corporativa como a transparência, a responsabilidade corporativa e prestação de contas. Assim sendo, é crucial que o Setor de Responsabilidade Social se adapte ao mercado corporativo, adotando políticas e técnicas de mercado, que assegurem aos doadores a confiança em manterem as doações. Essas entidades estão se aperfeiçoando cada vez mais, tendo um papel muito importante dentro da sociedade, se diferenciando do Setor Primário por não possuir finalidade lucrativa e a maioria dos trabalhos realizados serem voluntários. Todavia, essas instituições também possuem empregados formais que trabalham no controle dos recursos recebidos de órgãos públicos e privados, através de convênios, parcerias, contratos e doações, na gestão e prestação de contas. De acordo com Ramos (2003,

p. 4), “[...] a importância do terceiro setor pode ser mensurada pela extensão de sua participação na economia”. Dessa maneira, um ponto que se destaca é que dentre as boas práticas de governança corporativa no terceiro setor está a adoção de mecanismos de controle eficientes, tais como a auditoria interna e externa, afim de verificar se essas ações estão sendo realmente executadas, controles internos, para monitorar e controlar as operações e a contabilidade, afim de elaborar as demonstrações financeiras com clareza e precisão. O número de entidades sem finalidade lucrativa corresponde, até o ano de 2010 (último censo realizado), a 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, gerando cerca de 25 milhões de empregos e possuindo participação de 1,4% no Produto Interno Bruto nacional (IBGE, 2010). A governança corporativa busca ser um diferencial importante nos tempos atuais, sendo utilizada como ferramenta para a gestão e transparência, fornecendo informações sobre as entidades, desde a missão até as políticas institucionais (OLIVEIRA et al., 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Governança Corporativa no Terceiro Setor tem como objetivo facilitar o acesso ao capital, arrecadar recursos ou doações, elevar o valor da organização e com isso, corroborar com sua permanência no mercado, ou seja, trata-se de um conjunto de ações que visa proporcionar à cada instituição a reflexão sobre as funções sociais que realiza e agregue, efetivamente, valor à comunidade. Um ponto que merece destaque entre as boas práticas de governança corporativa no terceiro setor é a adoção de mecanismos de controle eficientes, tais como auditoria interna, controles internos e contabilidade, possibilitando vários benefícios às entidades, como a preservação e o aumento de seu valor social, da sustentabilidade e longevidade, a possibilidade de arrecadar mais recursos e doações, a

melhoria na administração das Organizações Não Governamentais, já que eleva a qualidade das decisões e a eficiência dos processos, atrai mais parecerias, investidores, entre outros. Portanto, com a realização de processos claros, bem definidos e documentados, a gestão de conflitos se torna de mais fácil resolução. Não podemos ignorar que as empresas privadas exercem um papel muito importante nesse processo contínuo de transformação, com tendência natural ao desequilíbrio frente as discrepâncias de recursos humanos, naturais, tecnológicos ou financeiros, mas, cabe destacar que somente estas organizações não conseguirão promover o tão desejado desenvolvimento social. Diante desse contexto, surgem as entidades, de caráter privado, porém, que possuem objetivos estatutários associativos ou de interesse público, focando nas ações e atividades direcionadas à promoção do ser humano e o bem-estar da sociedade, denominadas de Organizações do Terceiro Setor, possuindo o desafio de trilhar os caminhos da gestão de excelência com transparência, equidade e prestação responsável de suas contas. Sendo assim, é fundamental que o Terceiro Setor se adapte ao mundo corporativo, através da adoção de políticas e técnicas de mercado, garantindo segurança e confiança aos doadores, cabendo às referidas entidades aplicarem as boas práticas para melhoria da gestão, otimização dos recursos, redução de custos e transparência em suas ações e números financeiros.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fundações Privadas e Associações sem fins Lucrativos- fasfil. Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default_fundacoes_xls.shtm>. Acesso em: 15 set. 2018.

ÁVILA, L. A. C.; BERTERO, C. O. **Governança no Terceiro Setor: Um Estudo de Caso em uma Fundação de Apoio Universitário.** Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 18, p. 125-144, 2016.

OLIVEIRA, L. M. de et al. **Terceiro setor: características e gestão.** São Paulo, SP: cenofisco editora, 2015.

CÓDIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. 4.ed. / **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.** São Paulo, SP: IBGC, 2009.

ESCOBAR, J. J.; GUTIÉRREZ, A. C. M. *Tercer sector y univocidad conceptual: necesidad y elementos configuradores.* Revista Katálysis, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 84-95, enero/jun. 2008.

SILVA, André Luiz C. **Governança corporativa e sucesso empresarial: melhores práticas para aumentar o valor da firma.** São Paulo: Saraiva, 2006.

667

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RAMOS, L. C. **Em busca das origens do terceiro setor: uma avaliação crítica da literatura econômica sobre organizações não lucrativas.** São Paulo, 2003. 172p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2003.

DRUCKER, P. F. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas.** 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.